

## Plano diretor e expansão do campus universitário: o caso da UEFS, Bahia, Brasil

### RESUMO

Algumas universidades, sobretudo as públicas, têm recorrido ao plano diretor como recurso de planejamento e gestão de seus campi. Embora não seja obrigatório, o uso de tal instrumento para um campus ou uma cidade universitária aumentou desde os anos 1950 e 1960, principalmente depois da promulgação da Lei 5540/1968, Lei da Reforma Universitária. A UEFS, instituição de ensino superior pública da Bahia, conta com um zoneamento proposto nos anos 1970, quando da sua implantação e que foi parcialmente obedecido. O texto é fundamentado em pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas, bem como na produção de mapas acerca da expansão do campus da UEFS. O artigo aborda o processo de expansão física do Campus da UEFS, destaca as construções feitas a cada década e sopesa a relevância de um plano diretor. É notória a expansão física da UEFS e decorrido menos de meio século desde sua implantação torna-se necessária a elaboração de um Plano Diretor para o Campus, com base em um diagnóstico adequado da realidade atual.

**PALAVRAS-CHAVE:** Feira de Santana, UEFS, Campus, Plano diretor.

**Maria do Socorro Silva**

[masosil@uefs.br](mailto:masosil@uefs.br)

Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana. Bahia. Brasil.

**Janio Santos**

[janiosantos@yahoo.com.br](mailto:janiosantos@yahoo.com.br)

Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana. Bahia. Brasil.

## 1 INTRODUÇÃO

Plano Diretor (PD), conforme registra Villaça (2005), é uma ideia que já existe no Brasil desde os anos 1930, quando foi publicado o Plano Agache, "plan directeur", elaborado pelo urbanista francês, Alfred Agache, para a cidade do Rio de Janeiro. Desde então, passou a ser adotado por engenheiros e arquitetos envolvidos com as questões urbanas; por políticos, por cursos universitários diversos e empresários principalmente aqueles do setor imobiliário; e também pela imprensa.

Contudo, foi a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, a qual incluiu um capítulo específico sobre política urbana, que o PD passou a ser exigência para as cidades com mais de 20.000 habitantes e aos municípios integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, às áreas de especial interesse turístico e às áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional, tenham a população que tiverem. A lei 10.257 de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, criada para regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que, tratam da Política Urbana, determina que o PD é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana (BRASIL, 1988, 2001).

Apesar do PD ser uma exigência legal apenas para as cidades, na verdade, municípios, há algum tempo outros espaços organizacionais passaram a utiliza-lo além da escala municipal de governo, com destaque para as universidades públicas brasileiras. Essas passaram a incorporar os planos diretores na gestão dos seus campi, significativamente nos anos 1950 e 1960, as voltas com as discussões sobre o ensino superior no Brasil que resultaram na Lei de Reforma Universitária, como ficou conhecida a Lei 5540 de novembro de 1968 (MOTTA, 2014 apud INHAN, MIRANDA e ALBERTO, 2016), que impactou nas questões pedagógicas, assim como nas estruturas físicas universitárias.

Gestada nos anos 1960, após a Reforma Universitária, a UEFS, instituição de ensino superior pública da Bahia, teve sua implantação dentro do conceito de departamentos, conforme instituído no Decreto-Lei 5540/68, que contou com um partido urbanístico chamado de "plano diretor", que no decorrer do tempo foi preterido, devido a algumas condições impostas pela realidade de cada ocasião, que necessitavam de atualização ou nova proposta.

A UEFS conta com um zoneamento proposto nos anos 1970, quando da sua implantação e que foi parcialmente obedecido. Nessa direção, fundamentado em pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas, este artigo aborda o processo de expansão física do Campus da UEFS, destaca as construções feitas a cada década e sopesa a relevância de um plano diretor.

Este artigo está organizado em três partes: a primeira discute o PD como instrumento de planejamento do campus, sua definição, importância do conhecimento da realidade e necessidade de adaptação às características de cada instituição; na segunda, aborda-se a expansão física da UEFS, por meio do histórico da sua implantação até os dias atuais; e por fim, trata-se da relevância do plano diretor para o Campus.

## 2 PLANO DIRETOR COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO

Afinal o que é o plano diretor? Segundo Villaça (1995), não existe entre os grupos sociais envolvidos um consenso sobre o que seja ele. Contudo, "procurando reunir suas características mais tradicionais e que talvez predominem em seu conceito", apresenta uma definição que considera ser a mais consensual.

Seria um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal. (VILLAÇA, 1995, p.238).

Um plano precedido de um diagnóstico científico atual, que determina os objetivos a serem alcançados dentro de determinados prazos.

Por outro lado, Predes Júnior e Teixeira (2017, p 204), baseados em Souza (2006) e Saboya (2007), afirmam ser o plano diretor "um instrumento de planejamento e gestão que caracteriza os objetivos para o território municipal, estabelecendo normas e ações a serem empregadas como alicerces das decisões que envolvam o ordenamento urbano". E Saboya (2007, p.39) resume assim o seu conceito:

[...] é um documento que sintetiza e torna explícitos os objetivos consensuados para o Município e estabelece princípios, diretrizes e normas a serem utilizadas como base para que as decisões dos atores envolvidos no processo de desenvolvimento urbano converjam, tanto quanto possível, na direção desses objetivos.

Ou seja, é um documento que formaliza os objetivos do planejamento, elemento de gestão. Todavia, por terem algumas necessidades parecidas com as de qualquer cidade, os campi universitários têm recorrido ao PD como instrumento de planejamento e gestão. Quando se trata desse tema, é importante destacar que no planejamento de campi universitários, geralmente, se recorre às teorias, instrumentos e procedimentos do planejamento urbano, isso ao fazer as devidas adaptações às características particulares de cada instituição (PREDES JÚNIOR, TEIXEIRA, 2017).

Santos (2011 p.55) também retrata essa condição.

A universidade deve estar inserida no plano diretor da cidade e também deverá possuir o seu plano individual em consonância com os anseios da cidade, pois as questões a serem discutidas numa universidade são as mesmas de uma cidade, ou seja, crescimento, padronização, circulação, acessos, iluminação, praças, segurança, vizinhança, participação popular nas decisões, função social, entre outros, porém numa escala muito menor, proporcional ao tamanho do campus universitário e a região de acesso.

Para o autor, mesmo que seja em escala menor, as questões da cidade dizem respeito à universidade, haja vista a sua dependência de boa parte dos serviços oferecidos, tais como transporte, limpeza urbana, vias de acesso, comércio, dentre outros. Essas e outras necessidades devem ser relacionadas nos respectivos planos diretores, já que são peculiares a toda cidade, assim como aos campi.

Tischer (2013, p.6) destaca que mesmo que o território das universidades não esteja "inscrito na cidade, está suscetível às políticas urbanas como transporte, gestão de resíduos entre outras, e é importante [...] o zoneamento e planos diretores para o ordenamento do próprio crescimento", assim como para que seja incluído nos novos planos diretores do município.

De acordo com Pereira (2017) e Inhan (2015), as ideias de Atcon, vindas do modelo norte americano, muito influenciaram a estruturação da Reforma Universitária de 1968, principalmente em relação ao planejamento físico, através da publicação do "Manual para o planejamento integral do campus universitário", que serviu de referência para algumas universidades da época. Pinto e Buffa (2016) também registram que

O câmpus que ele propõe no manual deveria ser pensado e construído com um planejamento detalhado, de modo racional, para atingir seus fins, também racionalmente definidos. Propõe regras que vão da aquisição do terreno à urbanização, definição de gabaritos e tipologia dos prédios e zonificação, ou seja, disposição dos diversos edifícios do câmpus [...] Ao longo de toda a área, uma espessa cerca viva seria a barreira verde para definir os limites do câmpus. A delimitação da área e sua cerca teriam, ainda, a função de afastar visitantes indesejáveis e criar uma barreira acústica, atenuando os ruídos externos que pudessem atrapalhar as atividades internas (PINTO, BUFFA, 2016, p.821)

Apesar de apresentar um modelo como ideal, Inhan, Miranda, Alberto (2016) afirmam que Atcon admitia que esses deveriam sofrer adaptações conforme suas necessidades individuais e condições locais.

Além das condições construtivas, Atcon priorizava a integração funcional e os aspectos econômicos onde o campus devia ser "útil, econômico e produtivo" para obter "interdependência estrita de espaço, pessoal e equipamento para maximizar os resultados com um investimento mínimo" (PEREIRA, 2017, p.78), a exemplo dos edifícios de salas de aula, que não pertencem a nenhum departamento ou instituto e servem a todos eles, de acordo com as necessidades.

Cabe destacar que as questões políticas nessa época, período da Ditadura Militar, eram bastante valorizadas e determinantes, tanto que, no caso da Universidade de Brasília (UnB), o local inicialmente escolhido para sua implantação, que seria próximo ao Eixo Monumental, foi mudado para uma área mais afastada (RIBEIRO, 1978 apud PEREIRA, 2017). Ainda que a visão tecnocrata não tenha surgido na Ditadura Militar, "se consolidou nesse momento, sob a hegemonia do poder multinacional associado e da repressão política" (PEREIRA, 2017, p.205).

Assim, sob os nomes de plano diretor, plano de ordenamento, zoneamento, partido urbanístico ou qualquer outra denominação, cada instituição necessita de

um "plano" para ajudar no seu planejamento" ainda que, conforme dito por Villaça (2005), seja apenas "o cardápio" e "não o que se vai comer".

No caso de PD para universidades, também se aplica a observação de Villaça (2005), haja vista que, na maioria das vezes, esse plano é confundido com o zoneamento. Para o autor, o zoneamento se refere apenas ao controle do uso do solo e é executado através de leis autoaplicáveis, ou seja; aquelas que não dependem de regulamentação por outras normas. Já o PD abarca outras questões:

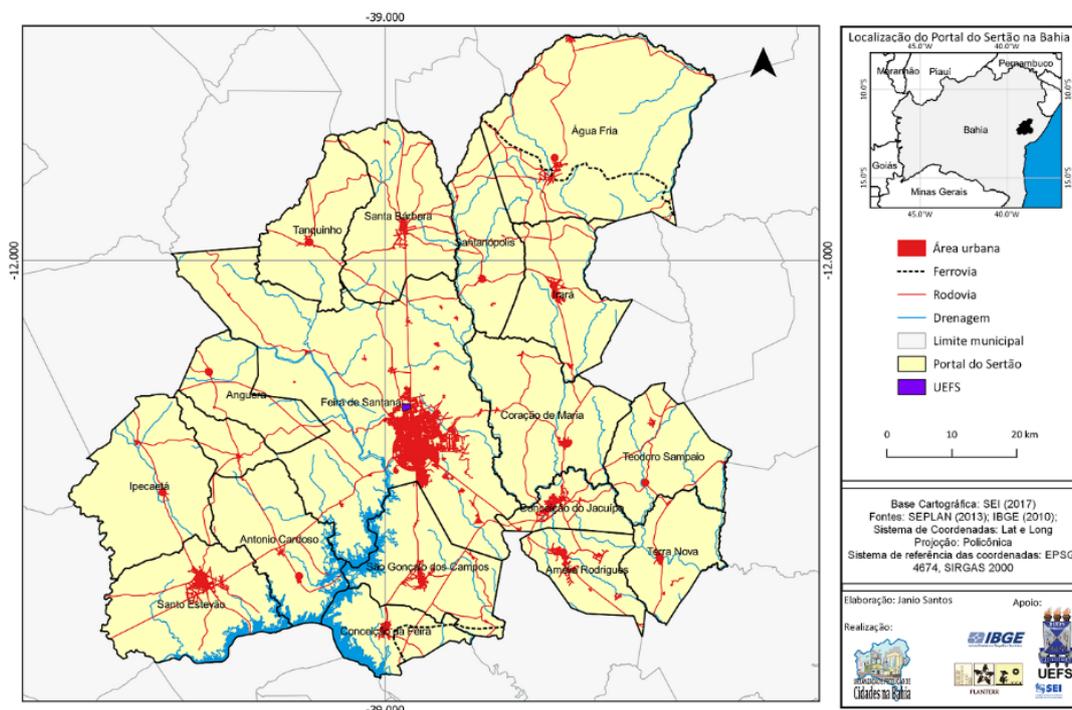
[...] abrangeria todos os problemas fundamentais da cidade inclusive e principalmente os de transportes, saneamento, enchentes, educação, saúde, habitação, poluição do ar e das águas etc. e até mesmo questões ligadas ao desenvolvimento econômico e social do município. Alguns acreditam mesmo que o Plano Diretor, apesar de ser aprovado por uma lei municipal, deveria abranger também problemas cujas soluções são das alçadas dos governos estaduais e federal (VILLAÇA, 2005, p.8).

Ao concordar com Villaça (2005), ressalta-se que neste artigo o PD do campus é entendido como um conjunto de diretrizes que abrange, além dos problemas relacionados à ocupação dos espaços, as questões ambientais, de acessibilidade, de saneamento, de convivência, de infraestrutura, de conforto, entre outros, e deverá ser um instrumento de médio e longo prazos, com previsão de revisão periódica que leve em consideração a dinâmica de crescimento do campus.

### **3 EXPANSÃO DA UEFS VS. QUESTÃO DO PLANEJAMENTO**

O Campus Universitário da UEFS está localizado na Av. Transnordestina, no bairro Novo Horizonte, em uma área murada de 1.098.177,04 m<sup>2</sup>, distante aproximadamente 7 km do Centro da cidade de Feira de Santana, e se conecta diretamente à BR 116. Com extensão territorial de 1.304 km<sup>2</sup> (IBGE, 2019), o município faz limites, ao norte, com Santa Bárbara e Santanópolis; ao sul, com Antônio Cardoso e São Gonçalo dos Campos; a leste, com Coração de Maria; e a oeste com Anguera e Serra Preta (Figura 1).

Figura 1: Localização de Feira de Santana e da UEFS no Portal do Sertão, Bahia, 2020



A data oficial de sua fundação é 31 de maio de 1976. Todavia, Boaventura (2009) relata que a ideia de criação de uma universidade em Feira de Santana surgiu desde os anos 1955, quando aconteceu a Primeira Jornada Universitária do interior baiano e diversos membros da sociedade feirense manifestaram o desejo de trazer o ensino superior para a cidade. Contudo, o fato é que o processo de implantação iniciado nos anos 1960 culminou com a instalação da Faculdade de Educação e da Faculdade de Formação de Professores.

No período da implantação, o campus era considerado muito distante do Centro de Feira de Santana e seguia o padrão adotado pela maioria das instituições de ensino superior daquela época. Atcon, ao fazer a afirmação de que "à medida que essas áreas são ocupadas, o poder público inevitavelmente acaba estendendo a infraestrutura básica (luz, asfalto, saneamento) para o local, com isso, valoriza-se a área e o corredor que a ela conduz" (ATCON, 1970 apud PINTO, BUFFA, 2009, p.112), retrata perfeitamente o que ocorreu com a UEFS. A implantação do campus ocorreu da mesma maneira que a maioria das universidades brasileiras da época, em terreno doado e/ou desapropriado, localizado longe do centro da cidade.

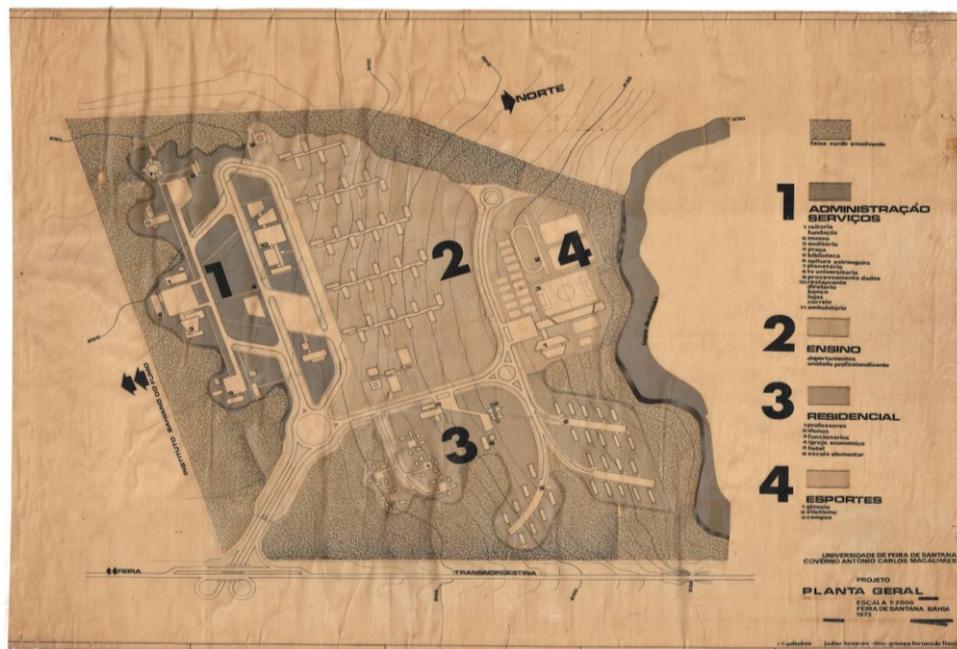
Como sua implantação se deu após a reforma universitária de 1968, a estrutura de ensino superior já era organizada por departamentos e essa característica é marcante na organização do Campus e também nas suas edificações. A criação dos departamentos, conforme instituído no Decreto-Lei 5540/68, favoreceu o aproveitamento dos espaços para mais de uma finalidade, assim como o compartilhamento de determinadas disciplinas por alunos de cursos distintos, o que Cunha (2000) chama de "não duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes".

A expansão física da UEFS é tratada com base nas edificações construídas, agrupadas por décadas, no Campus, desde a sua fundação até o ano de 2019. Neste artigo, as reformas e melhorias não serão consideradas, visto que, ao contrário das obras de ampliação, elas não alteraram a área construída. As datas citadas, quando não houver outra referência, se tratam de informações sobre o recebimento das obras pelo setor técnico da instituição<sup>1</sup>.

O projeto de implantação inicial e os de construção das unidades de ensino, pesquisa e extensão foram elaborados pelos arquitetos Jader Tavares, Fernando Frank e Oton Gomes, autores de outros projetos conhecidos, como o do Museu Regional de Feira de Santana e do edifício Casa do Comércio em Salvador. A "Planta Geral" apresenta um partido urbanístico que contempla quatro áreas distintas e setorizadas que seriam destinadas a abrigar as diversas edificações da instituição (Figura 2).

Na Área 1: Administração e Serviços: estariam localizados os prédios para abrigar a reitoria, museus, auditório, praças, biblioteca, cultura estrangeira, planetário, TV universitária, processamento de dados, restaurante, diretório, banco, lojas, correio e ambulatório; na Área 2: Ensino: estariam os departamentos e unidades profissionalizantes; na Área 3: Residencial as residências de professores, de alunos e de funcionários, a igreja, hotel e escola elementar; e, na Área 4: Esportes o ginásio, área de atletismo e os campos.

Figura 2 - Planta Geral para Implantação da FUFES, 1973



Fonte: Acervo da GEPRO/UEFS

Essa setorização projetada foi obedecida parcialmente. A instalação do Campus da UEFS foi efetivada em 1974 com a construção da primeira unidade, seguida da construção das unidades 2 e 3 respectivamente. Cada unidade, denominada como "Módulo", enumerados em ordem crescente, é composta por:

<sup>1</sup> Para evitar excesso de notas, salienta-se que algumas informações contidas neste artigo tiveram como base documentos e projetos arquivados na GEPRO/UEFS e narrativas prestadas por Sonia Melo, Jodilson Carneiro e Antônio Mário Rodrigues em entrevistas realizadas em julho de 2019.

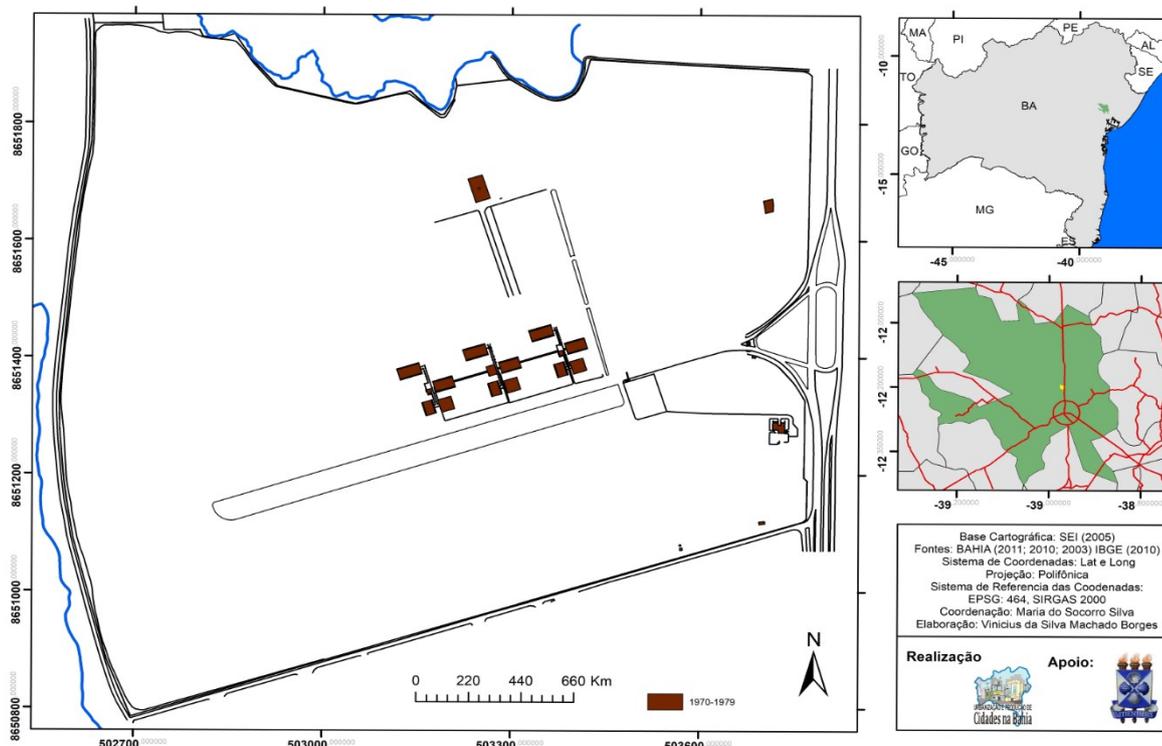
um Módulo Administrativo (MA), que abriga, como o nome já indica, os setores administrativos; um Módulo Teórico (MT), que era destinado a salas de aulas; e um Módulo Prático (MP), que abrigava os laboratórios e salas de atividades práticas. Os módulos administrativos contemplam também pequenos auditórios e um anfiteatro. Os módulos de números ímpares, além dos módulos de atividades, possuem, em cada um, uma cantina que atende à comunidade com a venda de alimentos.

Logo depois da construção dos módulos 1, 2 e 3, foi iniciada, ainda que de maneira parcial, a implantação do Parque Esportivo, com a construção de uma quadra polivalente de esportes para atender às disciplinas de Educação Física, isso no âmbito dos cursos de graduação oferecidos pela instituição.

O Museu Casa do Sertão (MCS), ponto de referência para pesquisadores da cultura sertaneja, foi construído pelo Lions Clube de Feira de Santana e doado à Universidade, que o mantém até os dias atuais (MARQUES, 1987). Sua inauguração se deu no ano de 1978, mas, no decorrer dessas décadas, passou por algumas reformas e ampliações. Localiza-se na área da frente do Campus, voltado para BR, fato que dá grande visibilidade à edificação.

A implantação dos Módulos 1, 2 e 3 obedeceu à setorização concebida no projeto inicial, conforme visto na figura 1, ao seguir o alinhamento da Av. principal. Juntamente com a implantação do Parque Esportivo e o Museu Casa do Sertão, até o final dos anos 1970 (Figura 3), eles foram as únicas edificações construídas no Campus.

Figura 3 - Expansão do Campus da UEFS - 1976 a 1979



Em continuidade ao processo de expansão do Campus da UEFS, na década de 1980, e para atender as demandas dos novos cursos implantados, foram

construídos os Módulo 4, 5 e 6; o Parque Esportivo foi ampliado com a construção das quadras poliesportivas, da piscina, do pavilhão de vestiários e secretaria, além da Biblioteca Central e da Creche, que foi construída fora da setorização projetada.

Enquanto nos módulos Teóricos (MT) ficavam as salas de aulas, os Módulos Práticos (MP) abrigavam os laboratórios que atendiam aos diversos cursos. No Módulo MP 1 se concentravam os laboratórios do curso de Biologia; no Módulo MP 2, as salas de atividades dos cursos de Letras; no Módulo MP 3 ficavam os laboratórios do curso de Engenharia Civil e; no Módulo MP 4, as salas de atividades dos cursos do departamento Ciências Sociais Aplicadas (DCIS); no Módulo MP 5, as salas de atividades dos cursos do departamento de Ciências Humanas e Filosóficas (DCHF); e no Módulo MP 6, as salas de atividades do curso de Enfermagem. No Módulo 6, onde se concentravam os cursos do Departamento de Saúde, foi construído, além do módulo padrão, o Módulo Especial Administrativo (ME) que abriga o Serviço de Saúde Universitário (SESU), o MPE que acomodou, por alguns anos, os laboratórios do curso de Odontologia e atualmente abriga os diversos setores do curso de Farmácia.

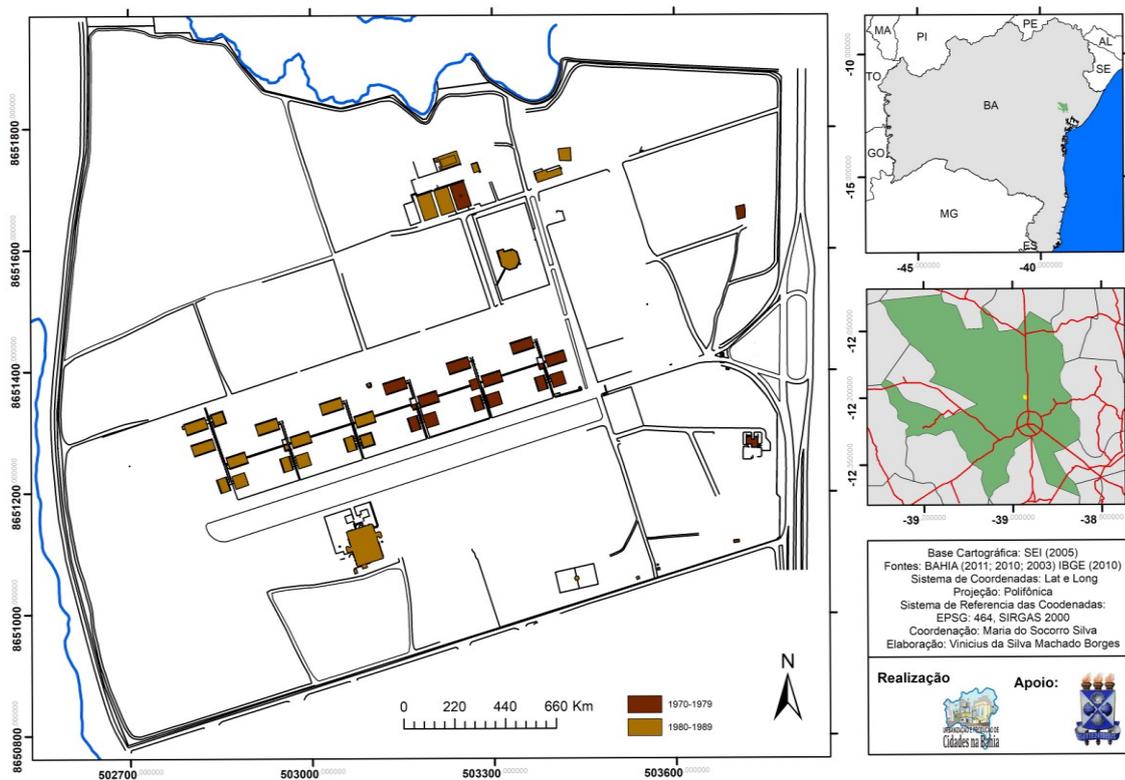
A construção do prédio da Biblioteca Central era uma meta prevista pela administração desde 1979, por ser um elemento essencial na formação dos estudantes e na avaliação de reconhecimento da instituição junto ao Ministério da Educação e Cultura. A UEFS já dispunha do projeto arquitetônico elaborado por intermédio do Ministério da Educação e Cultura. Porém, "a complexa dinâmica do processo tanto, exigia, àquela época, a priorização das construções das unidades de ensino, retardando-se, desse modo, o início das obras da Biblioteca" (MARQUES, 1987, p.59). Somente em 1986 a nova Biblioteca foi entregue à comunidade. Enquanto isso, a biblioteca da UEFS funcionou "provisoriamente", durante dez anos, no Módulo MT 2, instalada em uma área destinada ao ensino.

Com a inauguração da Biblioteca Central, em 1986, os setores da administração central, que funcionavam no Módulo Administrativo MA 1, inclusive a Reitoria e Vice-Reitoria, foram relocados para essa nova edificação, instalados na área do mezanino, onde funcionou até o ano de 2002, quando então a área foi desocupada e liberada para outras atividades administrativas da biblioteca.

A Creche, construída em 1986, foi resultado da luta dos professores e servidores da instituição, que reivindicaram assistência e segurança para seus filhos menores, enquanto podiam se dedicar aos afazeres "mais sossegados". Sua implantação não obedeceu ao que estava previsto no zoneamento original. Nesse período foram também executadas obras de infraestrutura, tais como: serviços de urbanização, abastecimento de água, iluminação, telefonia e implantação do sistema viário do Campus.

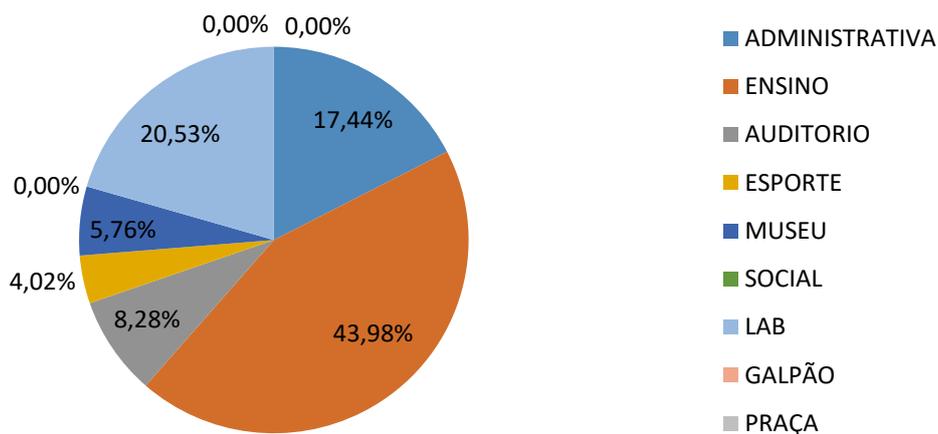
No final da década de 1980 o Campus já contava com uma área construída de aproximadamente 24.500 m<sup>2</sup>, um acréscimo de 289% em relação à área construída na sua primeira década de existência que era de 6.296,20 m<sup>2</sup> (Figura 4).

Figura 4 - Expansão do Campus da UEFS - 1976 a 1989



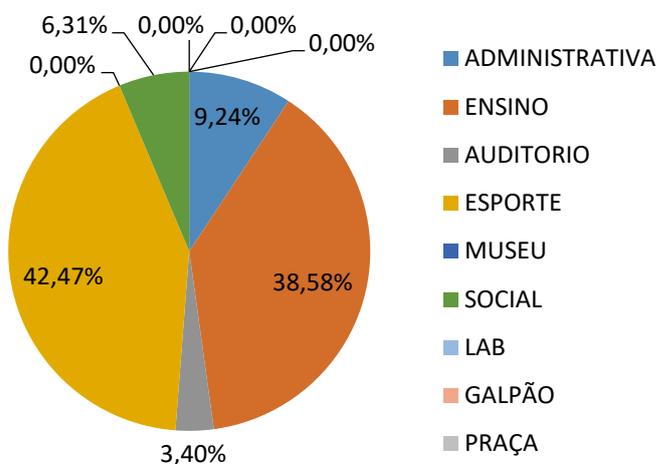
Conforme pode ser observado nos gráficos 1 e 2, nas duas primeiras décadas o investimento em construções destinadas ao ensino se destaca, condição justificada pelo início da implantação do campus e a necessidade de atendimento aos cursos oferecidos, em suas demandas por salas de aulas teóricas e práticas.

Gráfico 1 - Recursos físicos destinados às construções UEFS, por finalidade - 1976 a 1979



Elaborado por Maria do Socorro Silva  
Dados Arquivo da GEPRO

Gráfico 2 - Recursos físicos destinados às construções UEFS por finalidade - 1980 a 1989



Elaborado por Maria do Socorro Silva  
Dados Arquivo da GEPRO

Na elaboração dos gráficos foi adotada a classificação por finalidade da edificação na época da sua construção e foram definidas nove categorias com as seguintes composições: Administração, que abriga os setores administrativos e de serviços; Ensino, consideradas as salas de aulas; Auditórios, contempla os próprios auditórios e anfiteatros; Esporte as áreas e equipamentos destinados às atividades esportivas; Museus; Social, onde foram consideradas as residências e cantinas; Laboratórios; Galpão; e, por fim, as Praças.

Na segunda metade da década de 1980 não houve investimentos em novas construções no Campus, apesar das reivindicações da comunidade universitária, a exemplo da creche, residência, biblioteca dentre outros. Todavia, a partir dos anos 1990 começou a ocorrer de forma mais intensa a expansão das edificações pelo Campus, quando essas se espalharam pelo terreno e ocuparam áreas antes isoladas.

Nessa época, a UEFS já contava com a Assessoria Técnica de Engenharia (ASSTEC), que passou a ser responsável pelo gerenciamento das atividades de arquitetura e engenharia, assessorando inclusive os órgãos do estado da Bahia, responsáveis pelas construções realizadas dentro do Campus. Com a consolidação da ASSTEC, os projetos de construções passaram a ser elaborados pelos próprios profissionais, fato que impactou positivamente na administração do Campus, principalmente pela redução no prazo e no custo de elaboração dos projetos executivos para suas obras.

Logo no início da década, duas construções se destacaram, por motivos diferentes: a construção do Pórtico da entrada da UEFS e Residência Universitária. O Pórtico (Figura 5), conforme palavras da arquiteta Sonia Melo, autora do projeto, "deveria controlar o acesso e marcar a entrada da UEFS. Deveria ser visto e identificado por quem passasse pela BR. Um monumento que servisse de cartão postal da UEFS", como de fato se tornou.

Figura 5 - Vista do Pórtico da entrada da UEFS, Feira de Santana, 1988



Fonte: Acervo da UEFS

A Residência Universitária Estudantil, inaugurada em julho de 1992, foi viabilizada através da ampliação de um imóvel existente em uma das áreas do terreno desapropriado, que era denominada de "Casa da Chácara", cujo projeto de edificação foi desenvolvido pela equipe técnica da UEFS.

A implantação da residência fugiu do que foi planejado no zoneamento inicial que previa uma área residencial. Essa mudança foi definida por questões financeiras, visto que na época só existia dotação orçamentária disponível para a atividade de reforma e ampliação e não para novas construções.

A obra foi realizada depois que um grupo de estudantes, em apoio aos colegas que reivindicavam por moradia, ocupou o prédio que era destinado à creche<sup>2</sup>, há pouco tempo construído. A presença dos estudantes residentes começou a mudar a dinâmica interna do Campus. Anos mais tarde, a Residência Universitária sofreu considerável ampliação física e aumentou significativamente sua capacidade de atendimento.

Outras construções que merecem destaque nessa época são os novos Pavilhões de Aulas Práticas (PATs), localizados no final dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5, para atender aos cursos de graduação e suprir a carência por salas de aulas, visto que a maioria das salas dos diversos MTs, nessa altura, já se encontrava ocupada por alguns núcleos, diretórios acadêmicos (DAs), os quais incorporam também o serviço de "xerox" e lojinhas, dentre outras finalidades. Com essas construções, foram abertas novas vias de acesso para um trecho do Campus onde, posteriormente, foram implantados prédios de laboratórios por áreas de cursos.

<sup>2</sup> A ocupação da Creche ocorreu em 25/10/1988

Devido a maior concentração de laboratórios nessa via, é popularmente chamada de "Avenida dos Laboratórios".

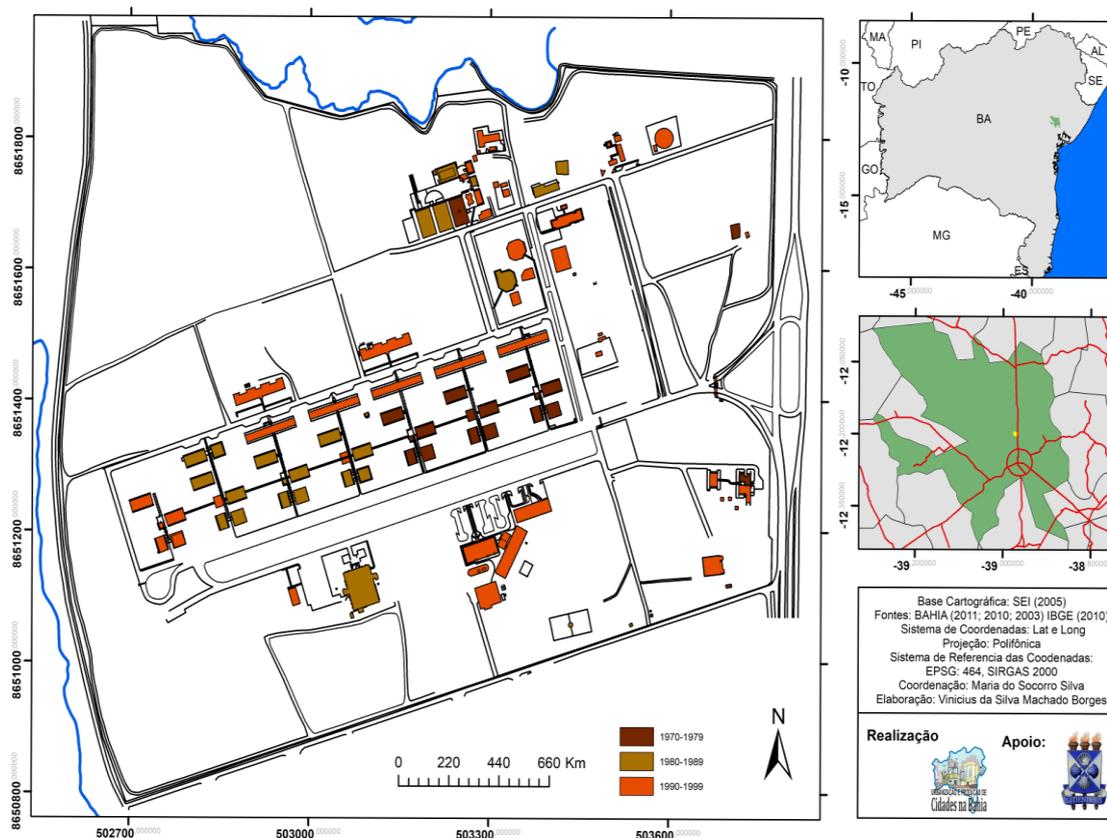
Além das construções mencionadas, foram construídos, entre os anos 1990 e 1999: o Biotério; o anexo do Museu Casa do Sertão; as salas de aulas do curso de Edificação Física; a Estação Climatológica; os prédios dos laboratórios dos cursos de Tecnologia (LABOTEC 1) e de Exatas (LABEXA); o Laboratório de Animais Peçonhentos Herpetologia (LAPH); o prédio da Assessoria de Informática (Centro de Processamento de Dados-CPD); a Escola Básica; Galpões para garagem e Almoarifado; o complexo Centro Administrativo Universitário (CAU 1, CAU 2 e CAU 3). Foi também construído o Módulo 7, composto pelo MA 7, MT 7, MP 7 e Cantina. Nessa década as construções destinadas aos laboratórios apresentaram um crescimento bem significativo

Além das edificações, foram executados o passeio na entrada dos módulos e o muro limítrofe da UEFS. Para executar o fechamento do muro na área da Rua da Pitombeiras foi necessário retirar imóveis construídos ilegalmente dentro da área do Campus. Foi feito então o levantamento dos custos, conforme cada construção, e a UEFS indenizou os 32 moradores que ocupavam a área, com o pagamento correspondente às benfeitorias por eles executadas.

Ao final dessa década, as construções realizadas totalizaram 18.203,38 m<sup>2</sup> em área construída, além dos passeios de acesso e de ligação aos prédios e as vias pavimentadas (Figura 6).

Nos anos seguintes, na primeira década de 2000, a expansão física da UEFS continuou de forma constante, principalmente com a construção dos prédios destinados aos laboratórios dos diversos cursos. Foram construídos os prédios dos laboratórios do curso Biologia (LABIO); do curso de Física (LABOFIS) e o Centro Integrado de Odontologia (CION), dotado de centro cirúrgico e área destinada aos estudos de câncer bucal, que ampliou o atendimento à comunidade externa através das atividades de extensão.

Figura 6 - Expansão do Campus da UEFS - 1976 a 1999



A construção do prédio da Administração Central para reunir em um só lugar os órgãos afins se concretizou em 2002 quando, além de outros setores, passou a abrigar a Reitoria e Vice-Reitoria, que até então ocupavam a área do mezanino da Biblioteca Central. Com a saída da "Reitoria" das suas instalações, o prédio da Biblioteca passou a funcionar exclusivamente com sua atividade fim.

Em 2004, foram construídos os prédios dos laboratórios do curso de Engenharia de Alimentos e o laboratório Didático de Biologia. Três anos depois, foi a vez da construção do laboratório de Letras e Educação. Além desses, foram construídos o prédio do Programa de Pós-graduação de Modelagem em Ciências da Terra e do Ambiente (PPGM), o Herbário e outros anexos aos laboratórios, ao LABOTEC e ao LABEXA.

As questões de acessibilidade começaram a ser atendidas através da construção de rampas nos passeios e nos acessos aos PATs de cada módulo.

Durante a década de 2000 foram construídos 23.590 m<sup>2</sup> distribuídos em quase toda área do Campus.

Na última década de estudo, período compreendido entre os anos de 2010 e 2019, foi construída a Residência Indígena e feita a ampliação da Residência Universitária para abrigar estudantes oriundos de várias cidades do estado.

Em 2010, foi construída a primeira praça do Campus: a praça do Engenho e da Arte, que construída entre os módulos 2 e 3, preservou as árvores de grande porte existentes no local. Dois anos depois, foi construída a Praça do Pôr do Sol, ao lado do Módulo 7, que é bem frequentada pela comunidade.

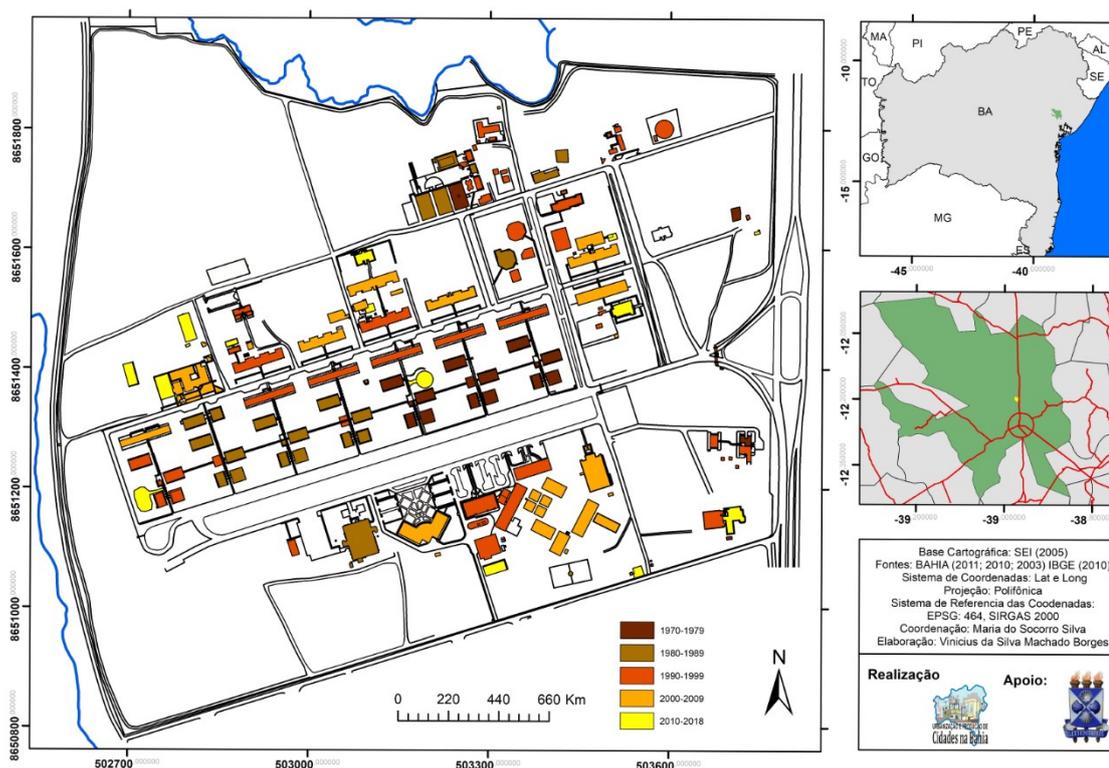
Foram construídos também os Laboratórios de Engenharia da Computação; de Odontologia; de Geografia, História e Filosofia; Laboratório de Estrutura (LABEST) anexo ao Laboratório de Tecnologia; Laboratório de Caracterização (LACES) anexo ao Laboratório de Exatas; a Oficina de Física; o Anexo do Herbário; Laboratórios de Saúde Coletiva e o Museu de Zoologia que conta com áreas destinadas a exposições.

A execução do passeio interligando o pórtico ao Módulo 1, embora seja uma obra relativamente simples, representou muito no atendimento às necessidades de mobilidade e acessibilidade do Campus.

Em 2019, o Campus possuía 81.185,66 m<sup>2</sup> de área construída e 1.819,40 m<sup>2</sup> de área de galpões disponíveis para serem adaptados e 5.508,68 m<sup>2</sup> de construções paralisadas, que são o Centro Integrado de Mestrado e Doutorado (CIMD), o Pavilhão de Aulas e a ampliação do Restaurante RU.

As construções na área do Campus encontram-se espalhadas em boa parte da sua superfície, mas ele ainda apresenta áreas a serem ocupadas, conforme a Figura 7, que retrata a situação atual do espaço físico.

Figura 7 - Expansão do Campus da UEFs 1976 a 2019



Disso exposto, ressalta-se que o PD do campus é entendido como um conjunto de diretrizes que abrange além dos problemas relacionados ao ordenamento e controle do uso dos espaços, às questões ambientais, de saneamento, de convivência, de acessibilidade, de infraestrutura, de conforto, segurança, integração com a cidade entre outros, e deverá ser um instrumento de médio e longo prazo com previsão de revisão periódica que leve em consideração sua dinâmica de crescimento e a realidade da época.

A integração entre o plano diretor do Campus e o plano diretor da cidade, como defendido por Tischer (2013) e Santos (2011), seria a oportunidade de discutir os problemas comuns à instituição e ao município.

Com a Constituição Federal de 1988 e as orientações do Estatuto da Cidade, as atribuições do poder público municipal foram ampliadas. O município passou a ter maior destaque na organização político-administrativa do país porque dotado de autonomia política, administrativa, financeira e legislativa suas possibilidades de ação se consolidaram (OLIVEIRA, 2001).

De acordo com Estatuto da Cidade, um PD precisa contar com a participação popular nas discussões de interesse da sociedade durante o processo de elaboração, mas sobretudo, na implementação e gestão do plano.

Na UEFS, as discussões e decisões sobre a implantação de alguns prédios e arranjos físicos propostos são tomadas internamente pelo setor técnico e alguns membros da administração superior, sem a participação da comunidade, fato que vai na contramão das recomendações sobre o planejamento, que avançaram muito nos últimos anos quanto à participação da população, tais como as apontadas por Santos (2011) e Villaça (1995). Esse comportamento ressalta a racionalidade técnica nas tomadas de decisões, mas pode trazer comprometimento no atendimento aos anseios da comunidade.

Com um PD os principais problemas de gestão são abordados, discutidos e definidas as diretrizes com vista a solucioná-los ou minimizá-los, com maior chance de êxito na sua administração. A falta desse instrumento balizador leva a atuação de forma improvisada, que pode resultar em uma série de erros e falta de coordenação entre as partes de um todo.

Oliveira (2001) ainda afirma que, por ser o poder mais próximo da vida do cidadão, o poder público municipal é aquele que tem melhor condição de constatar e solucionar problemas do dia-a-dia e melhor capacidade de articulação entre os segmentos variados que compõem a sociedade local.

As “funções sociais da cidade, possibilitando acesso e garantindo o direito a todos que nela vivem, à moradia, aos serviços e equipamentos urbanos, ao transporte público, ao saneamento básico à saúde, a educação, à cultura e ao lazer, [...] aos que vivem na cidade” (OLIVEIRA, 2001, p.11), dependem de políticas urbanas municipais, a quem cabe formular e fazer cumprir, através do seu Plano Diretor. A universidade está inserida no município, do qual depende de vários serviços e o Plano Diretor do Campus necessita está integrado ao Plano Diretor maior para facilitar sua implementação e garantir o real funcionamento.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O resgate da história do ensino superior e implantação de campus no Brasil e no mundo possibilitou o entendimento acerca da atuação dessas instituições, em especial às universidades, que foram criadas em função da junção de faculdades isoladas que passaram a sentir a necessidade de se instalarem em um mesmo espaço, o campus universitário. O modelo brasileiro de campus seguiu o padrão americano com suas instalações localizadas fora dos limites das cidades, fato que contribuiu para a origem do nome e que, às vezes, se confunde com cidade universitária, mas, de acordo com os autores consultados, apesar de muitas vezes

serem assim chamadas, no Brasil não existe cidade universitária pois, até mesma a USP depende da infraestrutura da cidade onde está implantada.

Dentro do planejamento da UEFS, é urgente a definição das edificações necessárias aos cursos oferecidos e a previsão de implantação de novos para os próximos anos. Com essa aceção, será possível incluí-los num PD e fazer a implantação de cada edificação dentro de parâmetros preestabelecidos.

O PD da UEFS, devido sua complexidade, poderá ser elaborado por uma empresa especializada com expertise no tema, com a participação e assessoramento de uma equipe multidisciplinar, conhecedora das peculiaridades internas, locais e regionais e ter diretrizes bem definidas que contemplem questões sobre compartilhamento de espaços, zoneamento, mobilidade e acessibilidade, responsabilidade ambiental e desenvolvimento sustentável, segurança, infraestrutura geral e integração com o PD do município.

Do analisado, nas décadas de 1990 a 1999 e de 2000 a 2010 foi quando houve o crescimento mais significativo no número de edificações e a ocupação de zonas ainda não exploradas na UEFS. Verifica-se que as manchas de ocupação se espalharam pelo terreno e os investimentos em construções por finalidade de uso foram mais uniformes.

É notória a expansão física da UEFS, todavia, um fato chama à atenção. As edificações, em sua maioria, são voltadas para atender às necessidades de ensino, pesquisa e extensão e deixaram em último plano a preocupação com os espaços destinados ao convívio social. Decorrido menos de meio século desde a construção da primeira unidade de ensino dentro do terreno, período relativamente curto, em se tratando de uma universidade, torna-se necessária a elaboração de um PD para o Campus, com base em um diagnóstico adequado da realidade atual.

Ainda que tenha existido um partido urbanístico que foi em parte obedecido, não se pode dizer que se trata de um PD, senão de uma planta de zoneamento. Disso exposto, se confirma a importância de um diagnóstico, com a finalidade de fornecer subsídios para a elaboração do PD do Campus da UEFS que atenda os anseios da comunidade.

---

# Master plan and expansion of the university campus: the case of UEFS, Bahia, Brazil

## ABSTRACT

Some universities, especially public ones, use the master plan as a planning and management strategy for their campuses. Although not mandatory, the use of this instrument for a campus or a university city has increased since the 1950s and 1960s, mainly after the enactment of Law 5540/1968, Law on University Reform. UEFS, a public higher education institution in Bahia, has a zoning of the 1970s, the period of its implementation, and which was partially obeyed. Based on bibliographic, documentary research and interviews, this article analyzes the physical expansion process of the UEFS's Campus, and highlights the constructions made over a decade and the relevance of a master plan. The physical expansion of UEFS is visible and after less than 50 years since its implementation, it is necessary to elaborate a Master Plan for the Campus, based on an adequate diagnosis of the current reality.

**KEYWORDS:** Feira de Santana, UEFS, Campus, Master Plan

## REFERÊNCIAS

BOAVENTURA, E. M. A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afrodescendência. Salvador: EDUFBA, 2009.

BRASIL. Lei Federal nº 1988, de 05 de outubro. Dispõe sobre a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/constituicaocompilado.htm), acesso: 05 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei Federal No 10.257, de 10 de julho. Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm), acesso: 05 jan. 2019.

CUNHA, L. A. Ensino superior e universidade no Brasil. In: TEIXEIRA LOPES, E.M., FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C.G. (Org.) 500 anos de Educação no Brasil, Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.151-204.

IBGE. Cidades: Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso: 05 jan. 2019.

INHAN, G.; MIRANDA, C.; ALBERTO, K. C. Rudolph Atcon e o planejamento do campus da Universidade Federal do Espírito Santo. Oculum ensaios, Campinas-SP. v. 13, n. 2, julho-diciembre, 2016. p. 237-254.

INHAN, G. Rudolph Atcon, entre o educacional e o urbanístico na definição de diretrizes para Campi universitários no Brasil – Juiz de Fora-MG. 2015. 123f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído)-Programa de Mestrado em Ambiente Construído, Área de Concentração em Projeto de Engenharia Faculdade da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

MARQUES, J. M. N. Relatório Geral 1979-1987: Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana; UEFS Editora, 1987. 203p.

OLIVEIRA, C. E. C. de. Universidade e estratégia: a região como ambiente organizacional: Trajetória de expansão da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Feira de Santana: UEFS Editora, 2017. 424p.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de - Estatuto da cidade - para compreender - Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

PEREIRA, F. T. B. Exporting progress: os norte-americanos e o planejamento do campus no Brasil. São Carlos, SP. 2017. 226f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) -Instituto de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PINTO, G. de A.; BUFFA, E. Arquitetura e educação: Campus Universitários Brasileiros. São Carlos; Editora Edufscar, 2009. 151p.

\_\_\_\_\_. O Território da universidade Brasileira: o modelo de câmpus. Revista Brasileira de Educação, v. 21, n. 67 out.-dez. 2016. p. 809-831.

PREDES JUNIOR, A. R.; TEIXEIRA, M. G. C. Desafios para articular a dimensão da participação no planejamento: um estudo da edificação do plano diretor participativo de uma organização pública federal de ensino superior brasileira. Desenvolvimento em Questão, v. 15, n. 41, p. 202-232, 21 out. 2017.

SABOYA. R. T. de. Concepção de uma estrutura de sistema de suporte à elaboração de planos diretores participativos. 2007. 231f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil)-Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

SANTOS, R. L. dos. Subsídios para o plano diretor visando a gestão de um campus universitário: estudo de caso da Universidade da Região de Joinville - SC. 2011. 142f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

TISCHER, W. O instrumento da Leituras Comunitárias na implantação dos campi e o plano diretor da Universidade Federal da Fronteira Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 15, n. 1., 20 a 24 de maio. Anais..., Recife/PE: ANPUR, 2013. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/143>, acesso: 8 abr. 2019acesso: 05 de março de 2019.

VILLAÇA, F. Dilemas do plano diretor, São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. As Ilusões do plano diretor, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.planosdiretores.com.br/downloads/ilusaopd.pdf>, acesso: 15 jun. 2019

**Recebido:** 08 abr. 2022.

**Aprovado:** 24 mai. 2022.

**DOI:** 10.3895/rbpd.v10n1.14643

**Como citar:** SILVA, M.S.; SANTOS, J. Plano diretor e expansão do campus universitário: o caso da UEFS, Bahia, Brasil. **R. bras. Planej. Desenv.** Curitiba, v. 11, n. 03, pag. 580-600, set./dez. 2022.

Disponível em: <<https://periodicos.utfr.edu.br/rbpd>>. Acesso em: XXX.

**Correspondência:**

Janio Santos

Av. Transnordestina, s/n - Feira de Santana, Novo Horizonte - BA

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

